



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado ORLANDO SILVA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº de 2015

Requer a realização de audiência pública para debater as políticas de assistência estudantil e permanência do estudante na universidade.

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho requerer a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão de Educação e Cultura a realização de audiência pública para debater as políticas de assistência estudantil e permanência do estudante na universidade. Para que se realize um debate proveitoso é imprescindível que se convide o Ministério da Educação, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES e a União Nacional dos estudantes – UNE.

JUSTIFICATIVA

As políticas de assistência estudantil e permanência do estudante na universidade estão no topo da lista das reivindicações do movimento estudantil e das demais entidades ligadas a essa pauta da educação.

A Democratização do acesso nos últimos anos permitiu que estudantes oriundos da classe trabalhadora entrassem na universidade, seja pela adoção do sistema de cotas sociais e raciais, seja pelo aumento do número de vagas e interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ou pelos programas de bolsa e financiamento estudantil. Com o ingresso de estudantes de origem popular na Universidade, as políticas de assistência e permanência estudantil se tornaram desafio e objetivo central para

aprofundar a popularização, democratização e transformação das Instituições de Ensino Superior. São as demandas por Restaurante Universitário, Moradia Estudantil, Transporte, Creches e Apoio Pedagógico – que exigem um aumento para dos investimento no PNAES – que estão no centro das lutas estudantis de todas as universidades brasileiras hoje, pois são esses os desafios que por vezes se tornam intransponíveis para os estudantes da classe trabalhadora dar prosseguimento à vida universitária.

Garantir que os novos atores e atrizes que historicamente foram excluídos do ensino superior permaneçam com igualdade de condições na vida acadêmica, a assistência estudantil se mostra como ferramenta estratégica para que esses estudantes possam participar com plenitude da universidade: do ensino, pesquisa e extensão, mas também experimentando a universidade com cultura, arte, esporte, interação social e na política estudantil. Para tanto, além de discutir o financiamento, é preciso formular as políticas de permanência e assistência estudantil com objetivo na emancipação dos/as estudantes de origem popular para se tornarem protagonistas da transformação da universidade e da sociedade.

Nesses termos, pede-se deferimento da referida solicitação.

Sala da comissão, 25 de março de 2015

ORLANDO SILVA
PCdoB /SP